

Articulações da luta político-pedagógico-comunicativa do MST com o trabalhador urbano e a cidade na construção da hegemonia popular

Solange Inês Engelmann

*Doutora em Comunicação e Informação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integrante do grupo de pesquisa do Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social (LACCOPS), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e militante do MST.
E-mail: solengel03@gmail.com*

Resumo: *Marcha dialética do MST: formação e comunicação política entre campo e cidade* é o título da obra de Pablo Nabarrete Bastos, que discute a articulação política desenvolvida nos últimos anos entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os/as trabalhadores/as urbanos/as na luta pela hegemonia popular da classe trabalhadora brasileira, com ênfase no período histórico de formação do MST, a partir da sua gênese no início dos anos 1980 até o seu 6º Congresso Nacional, em 2014. A partir da proposta da resenha em estudar as relações entre comunicação e educação, propomos uma leitura da obra com a intenção de perceber alguns aspectos político-pedagógico-comunicativos, que perpassam a articulação do MST no processo de luta política pela hegemonia popular entre os trabalhadores do campo e da cidade na obra.

Palavras-chave: movimentos sociais; MST; hegemonia; comunicação popular; formação política; educação popular.

Abstract: *Marcha dialética do MST: formação e comunicação política entre campo e cidade* (The MST dialectical march: formation and political communication between countryside and city) is the title of Pablo Nabarrete Bastos' PhD thesis which discusses the political articulation developed in recent years between the Landless Rural Workers Movement (MST) and urban workers in the struggle for the popular hegemony of the Brazilian working class, stressing the historical period which formed the MST, from its genesis in the early 1980s until its 6th National Congress, in 2014. To study the relation between communication and education, we propose reading his thesis to perceive some political-pedagogical-communicative aspects which permeate the articulation of MST in the process of political struggle for popular hegemony among rural and urban workers.

Keywords: social movements; MST; hegemony; popular communication; political formation; popular education.

1. INTRODUÇÃO

A obra *Marcha dialética do MST: formação e comunicação política entre campo e cidade*¹, de Pablo Nabarrete Bastos², publicada pela editora Garamond com financiamento do Programa de Apoio à Editoração, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), parte de uma visão marxiana e histórica para discutir a articulação política desenvolvida nos últimos anos entre os(as) trabalhadores(as) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os(as) trabalhadores(as) urbanos(as), na luta pela hegemonia popular da classe trabalhadora brasileira. A pesquisa foi realizada no território limítrofe entre campo e cidade, nos limites entre as fronteiras do rural e urbano, no eixo metropolitano ocupado pelo MST no estado de São Paulo: Grande São Paulo, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e Campinas. Analisa-se o período histórico de formação do MST, a partir da sua gênese no início dos anos 1980 até o seu 6º Congresso Nacional, realizado em 2014, em Brasília (DF).

A obra evidencia como as estratégias políticas construídas e desenvolvidas na marcha contínua de quase 40 anos do MST na luta pela terra, Reforma Agrária Popular e mudanças na estrutura social, tendo como horizonte o socialismo, também ensinam e inspiram outros movimentos e grupos populares. Nesse sentido, o autor também apresenta um debate que articula a teoria com uma pesquisa documental e etnográfica, trazendo à tona as vozes dos sujeitos sem-terra, em segundo plano também do Movimento Hip Hop, flagrando um exemplo concreto de parceira na construção de uma nova hegemonia cultural e política em território periférico.

O livro está organizado em três capítulos: “MST e a luta política entre campo e cidade”, “MST e a luta pela hegemonia: o popular como síntese” e “ENFF: formação, comunicação e socialização política”. O foco da discussão é a construção da hegemonia popular a partir da luta do MST em quatro níveis: na produção do espaço, comunicação/socialização política, produção/mediação cultural e artística e educação/formação. Estes níveis se articulam e inter-relacionam na medida em que “constituem campos de luta pela hegemonia centrais para a formação política do MST”³.

O debate sobre a luta política do MST parte da perspectiva da construção da hegemonia popular a partir da visão de Lênin e Gramsci, que defendem a necessidade de uma “aliança política das classes populares, eminentemente entre o proletariado e o campesinato, no processo de luta pela hegemonia”⁴, com a possibilidade de construir um projeto popular emancipatório.

Diante disso, como uma das propostas da resenha é estudar as relações entre a comunicação e a educação a partir das questões pontuadas, propomos uma leitura da obra com a intenção de perceber alguns aspectos político-pedagógico-comunicativos, que perpassam a articulação do MST no processo de luta política pela hegemonia popular entre os trabalhadores do campo e da cidade na obra.

1A obra foi selecionada entre os dez trabalhos finalistas na categoria Ciências Sociais do Prêmio Jabuti de 2022.

2 Professor do Departamento de Comunicação Social, do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF). Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Pós-doutorado em Estudos Culturais pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ. Pesquisador Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE - FAPERJ) - Período 2021-2024. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC-UFF). Coordenador pedagógico do Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social (LACCOPS). Pesquisa hegemonia, contra-hegemonia, hegemonia popular, engajamento, movimentos sociais e comunicação popular.

3 BASTOS, Pablo N. *Marcha dialética do MST: formação e comunicação política entre campo e cidade*. São Paulo: Garamond, 2021. p. 19.

4 Ibidem. p. 208.

2. MST NA LUTA POLÍTICA, COMUNICATIVA E COMO EXEMPLO PEDAGÓGICO

No debate sobre a hegemonia em Gramsci, abordada pelo autor, o filósofo italiano passa a compreender a hegemonia necessariamente como uma relação pedagógica, ampliada e complexa, que se desenvolve na luta política.

[...] hegemonia se torna um amplo e complexo processo político, pedagógico e comunicacional de construção e manutenção do poder, nacional e internacional, que envolve o consentimento e o conjunto de todas as classes sociais, instituições da sociedade civil e o Estado [...].⁵

Nessa perspectiva, a luta pela hegemonia popular depende de um processo de luta de classes amplo, em que as classes trabalhadoras se constituem em uma rede complexa de articulações e alianças, que envolvem a dimensão política, pedagógica e comunicativa em torno da formação de uma unidade das classes populares, entre o proletariado e o campesinato. No caso do Brasil, a implantação de um projeto popular de país precisa levar em conta as demandas das classes populares e a luta contra as elites, no plano político, moral, cultural e intelectual. A síntese desse complexo equilíbrio do poder está entre a “base e superestrutura, forças materiais e ideológica”⁶, chamada por Gramsci de “bloco histórico”. Nesses termos, a superestrutura se realiza a partir de diferentes níveis, como jurídico, artístico e científico, diante da especificidade, forma, conteúdo e potencialidades históricas de cada área, não operando e se expressando somente a partir da ideologia. Diante disso, o autor ressalta que a formação de intelectuais orgânicos que integram as camadas populares é considerada fundamental na concepção gramsciana, ao pensar a luta pela hegemonia, devido à necessidade de garantir a direção política-ideológica do bloco histórico, que irá possibilitar a mudança social e a formação de um novo bloco no poder.

Assim, com base na luta política do MST pela hegemonia popular na relação entre o campo e a cidade, elencamos alguns aspectos da obra, que evidenciam essa articulação pedagógica e comunicativa, abordada por Gramsci. Com o foco principal em elementos presentes no segundo capítulo, no qual Bastos se debruça sobre o debate em torno das principais características e níveis de luta do MST pela hegemonia popular.

Um dos primeiros elementos destacados pelo autor é o fato que, desde a fundação do MST, percebe-se uma preocupação das lideranças do movimento ainda no Iº Encontro Nacional em 1984, em Cascavel, Paraná, no qual o MST é criado oficialmente, que se expressa nos objetivos gerais em torno de uma preocupação “cultural semântica e política”⁷, em integrar a categoria dos sem-terra e construir a unidade de classe entre os trabalhadores rurais em torno da identidade sem-terra⁸. Em seguida, no final da década de 1990, “o MST entende que a aliança de classe com os trabalhadores da cidade é fundamental para colocar em marcha a Reforma Agrária Popular”⁹. Isso demonstra que no processo de luta, os sem-terra percebem a necessidade em obter o apoio dos

5 Ibidem. p. 62.

6 Ibidem. p. 62.

7 Ibidem. p. 64.

8 Para mais informações em torno do debate sobre a identidade Sem Terra ver: CALDART, Roseli Salette. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

9 BASTOS, Pablo N. *Marcha...* Op. cit., p. 64-65.

trabalhadores urbanos e se inserir na luta de classes do campo e da cidade para ampliar a aliança de classes e incidir na pauta da reforma agrária.

Mais à frente, ao abordar os princípios do MST, o autor cita que o movimento possui alguns princípios centrais que guiam sua luta, entre eles, aponta a direção coletiva, o centralismo democrático e a autonomia. Bastos expõe que no início de sua luta o MST estabeleceu diversos contatos e intercâmbios como outros movimentos sociais de luta pela terra que o antecederam, como as Ligas Camponesas, no Nordeste, o Master, na região Sul do país, e vários sindicatos rurais. Logo, suas lideranças percebem que a sobrevivência da organização dependia da autonomia em relação aos partidos, igrejas, sindicatos e de outros movimentos sociais. Portanto, ao longo da sua formação, o MST orienta-se pela pedagogia do exemplo, aprendendo com a história dos movimentos sociais do campo que surgem anteriormente no país. Assim, mostra suas experiências e se engaja na luta de classes com outras organizações populares, mas evita orientar outros movimentos sociais. Com essa postura, busca garantir sua autonomia política e se guia pelos aprendizados do exemplo histórico, no estabelecimento de alianças de classes e na luta pela hegemonia popular.

No tópico sobre a “hegemonia da/na comunicação e socialização política”¹⁰, o autor pontua que a comunicação¹¹ na luta do MST pela hegemonia tem um papel estratégico na socialização e tradução das linhas políticas do MST com a sua base social e a sociedade. Desse modo, defende que a consolidação do MST como força política de referência na luta de classes brasileira tem seu marco na Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, para Brasília, em 1997, que chegou à capital federal um ano após o Massacre de Eldorado do Carajás, em homenagem aos 21 mortos e em denúncia à impunidade e à violência no campo, reunindo cerca de 100 mil pessoas. Porém, a força política do MST se desenvolve a partir da própria luta do movimento e o apoio conquistado na sociedade, além da perseguição, criminalização e massacres de trabalhadores sem-terra. Como o massacre de Corumbiria, em 1995, com a morte de nove sem-terra e dois policiais, e o Massacre de Eldorado do Carajás, em 17 de abril de 1996, por policiais do Pará, que tornou o MST conhecido internacionalmente e obteve a solidariedade da opinião pública internacional. Nesse cenário, a Marcha do MST, em 1997, estabeleceu uma relação dialógica com a sociedade, mostrando o problema dos sem-terra no país e a força política do MST aos aliados, ao chegar com a caminhada na capital e reunir um número histórico de apoiadores em torno da pauta da reforma agrária; rompendo o cerco de invisibilidade e isolamento político dos movimentos populares mantidos pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e dos conglomerados da mídia na época. Nas palavras do autor, este se tornou um “ato comunicativo-político-pedagógico”¹², pois, ao mesmo tempo em que o MST se comunica com a sociedade a partir da sua força política e demonstração da capacidade organizativa, este também se apresenta como exemplo pedagógico acerca do papel central da luta de massas, na construção da hegemonia popular pelos trabalhadores.

10 Ibidem, p. 134.

11 Em pesquisa observamos que a compreensão do MST sobre a comunicação como estratégia política-ideológica se desenvolve a partir da fundação do Movimento, com a criação o Boletim Sem Terra em 1981. E nos anos 2000 é criado o Setor de Comunicação do MST, que contribui para avançar na estratégia da comunicação popular articulada à luta do MST. (ENGELMANN, Solange I. As representações sobre a Reforma Agrária Popular na página on-line especial da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST de 2016. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., 2021, Recife. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2021. p. 7).

12 BASTOS, Pablo N. Marcha...Op cit., p. 178.

3. ALIANÇA COM O TRABALHADOR URBANO E DIÁLOGO COM A SOCIEDADE

Para além da luta no campo contra o latifúndio e pela democratização da terra, a Reforma Agrária Popular e a transformação social, Bastos chama atenção que o MST contemporâneo enfrenta outro grande desafio, o da mediação política com a sociedade e a construção de alianças com o trabalhador urbano, inclusive como fundamental para a implantação de um programa de reforma agrária popular no campo. Nesse sentido, o autor aponta a necessidade da retomada da luta de massas e a reorganização do campo hegemônico dos trabalhadores.

A preocupação das coordenações do movimento sobre a importância da comunicação como um elemento estratégico no diálogo com a sociedade leva à definição do lema “Reforma Agrária, uma luta de todos”, no 3º Congresso Nacional do MST, em 1995, relembra o autor. Nesse momento histórico, os sem-terra percebem que a implantação de um projeto de reforma agrária no país necessita do apoio da sociedade, e principalmente em ampliar as alianças com a classe trabalhadora urbana. A partir disso, Bastos explica que o MST cria meios de comunicação em 1997, como a *Revista Sem Terra* e a página on-line do MST, com a intenção de aprofundar o diálogo com a sociedade e avançar na disputa da hegemonia.

Diante disso, o autor considera que o MST desenvolve várias iniciativas “político-comunicativa-pedagógicas”¹³, como ações em espaços públicos, protestos, mobilizações, marchas, atos, filmes, ações de agitação e propaganda, entre outras que possibilitam essa comunicação e socialização, porém, por outro lado, acredita que falta ao movimento uma “estratégia permanente”¹⁴ em torno de iniciativas que colaboram para a criação de uma agenda lutas em comum entre os trabalhadores sem-terra com o trabalhador urbano.

Nesse contexto, já nos anos 2000, a partir de definições políticas entre o seu 5º e 6º Congresso Nacional realizado em 2007 e 2014 respectivamente, em Brasília (DF), em que este último se expressa no lema “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”, o MST promove mudanças significativas no seu programa agrário, em que abandona uma perspectiva clássica de reforma agrária, inserida no modelo capitalista¹⁵, e opta pela defesa de um projeto de reforma agrária popular, que defende a implantação de um projeto que modifique o modelo agrícola brasileiro, tendo como base a matriz de produção agroecológica, com a preservação do meio ambiente, sustentável e que construa as bases de novas relações sociais, para uma sociedade mais igualitária, humana e solidária. O programa passa a questionar, com mais veemência o modelo de produção industrial e agroexportador do agronegócio, que produz *commodities* para exportação.

Nesse contexto, o Bastos analisa que temas como transgênicos, sustentabilidade, alianças políticas com a classe trabalhadora da cidade e o Projeto Popular para o Brasil aparecem no projeto de reforma agrária do MST,

13 Ibidem.

14 Ibidem.

15 O que ocorre diante de um contexto de esgotamento da reforma agrária clássica, a partir do avanço do capital transnacional no campo e da diminuição no número de assentamentos no Brasil (ENGELMANN, Solange I. As representações sociais sobre a reforma agrária nas mídias digitais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST]. 2018. Tese [Doutorado em Comunicação e Informação] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018).

com a intenção de ampliar o debate com a sociedade do campo e da cidade. A partir disso, o MST entra na disputa de hegemonia em torno do modelo de agricultura brasileiro e enfrenta como novo desafio o embate com o sistema do agronegócio, buscando denunciá-lo como um modelo falido, que mantém o latifúndio concentrador de terra, destruidor do meio ambiente e prejudicial para o país. Assim, o movimento procura dialogar e se comunicar com a sociedade para o convencimento sobre a importância do seu projeto político de agricultura, baseado na reforma agrária popular.

Tendo em conta a estratégia adota pelo MST para dialogar com a cidade a partir da produção de alimentos, o autor considera que esta gera “armadilhas”¹⁶, na medida em que o movimento tenta mostrar a viabilidade do seu modelo produtivo no campo da reforma agrária popular, baseado na matriz agroecológica, e voltando-se para os assentamentos, tentando demonstrar na prática a viabilidade desse modelo de produção com ao cultivo de alimentos saudáveis¹⁷. A crítica do autor se concentra no fato de que com isso o MST poderá voltar-se mais para dentro dos seus territórios e na relação com sua base social, inclusive nas estratégias de comunicação, acompanhando de certa forma, o refluxo da luta de massas.

Com base na concepção da forma mercadoria em Marx¹⁸, Bastos pontua que, no caminho entre a produção e a venda desses alimentos, a história e lógica do processo de produção nos assentamentos do MST são expropriados pelo capital, tornando-se mercadoria, apagando seu vínculo com a luta pela reforma agrária popular. Contudo, ao logo da obra, o autor também argumenta que o MST e sua base social não vivem em uma ilha, pois os assentamentos e acampamentos estão inseridos na sociedade capitalista, em que há a necessidade da sobrevivência e reprodução dos trabalhadores a partir da comercialização dos produtos do trabalho ou da venda da força de trabalho, na cidade, por exemplo.

Assim, no contexto político recente do Brasil e do mundo, com a pandemia da covid-19, no caso do Brasil, há um aumento da crise econômica e social, e, com a destruição de direitos, políticas sociais, políticas públicas para agricultura familiar e camponesa e da reforma agrária pelo Governo Bolsonaro, a fome volta a crescer no país¹⁹. Diante disso, o MST mantém e intensifica a estratégia da produção de alimentos nos assentamentos, o que tem possibilitado durante a pandemia a criação de campanhas nacionais de solidariedade²⁰ para a doação de comida às populações em situação de vulnerabilidade social, principalmente nas periferias das cidades. Entendemos que essa postura do movimento contribui em uma perspectiva político-comunicativa-pedagógica, ao tentar expressar, por meio do alimento doado e compartilhado, a materialidade e a simbologia do seu projeto de reforma agrária popular para o combate à fome no Brasil.

Contudo, após o MST definir pelo projeto da reforma agrária popular, Bastos chama atenção que um dos grandes desafios se volta para a disputa da hegemonia com o agronegócio, para o diálogo com a cidade e a aliança de classes com os trabalhadores urbanos. Buscando aprofundar esse debate, o autor argumenta que a luta da hegemonia popular desenvolvida pelo MST

16 BASTOS, Pablo N. *Marcha...* Op cit., p. 80.

17 O autor reconhece que o MST possui várias conquistas na produção de alimentos saudáveis nos territórios da reforma agrária, se tornando, por exemplo, o segundo maior produtor de arroz orgânico do Brasil, além da criação da rede de lojas Armazém do Campo, presentes em várias cidades do país, e comercializando produtos da reforma agrária. (Ibidem. p. 81). Dados do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), indicam que “o MST é considerado o maior produtor de arroz orgânico da América Latina, e segue nessa posição há mais de 10 anos” (RAUBER, Maiara; SILVA, Melannie. Entenda a fala do Lula sobre MST no Jornal Nacional. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, São Paulo, 26 ago. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/08/26/entenda-a-fala-do-lula-sobre-mst-no-jornal-nacional%ef%bf%bc/>. Acesso em: 7 set. 2022. p. 1).

18 MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. 27ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

contra o agronegócio se torna uma batalha contínua que se desenvolve em quatro níveis, que ele aprofunda a seguir: “a hegemonia do/no espaço, da/na arte e cultura, da/na comunicação e socialização política e da/na educação”²¹.

Em relação à luta pela “hegemonia do/no espaço”²², o autor ressalta que a produção do espaço compreende o nível central da luta pela hegemonia do MST, pois necessita-se da conquista do espaço da terra, concentrada pelo latifúndio, para materializar sua existência, se reproduzindo como movimento social, garantindo a reprodução social das famílias camponesas e a continuidade da organização, a partir da formação política. Por isso, as ocupações de terra, principal ferramenta de luta desde a fundação do movimento, segue como central para a conquista dos territórios dos assentamentos que, na visão de Bastos, representam a retaguarda econômica, política e intelectual do MST. Assim, o autor constata que com a conquista de territórios, o movimento se espacializa, se nacionaliza e se aproxima dos centros urbanos e da modernidade.

A seguir, Bastos apresenta, com destaque maior, a discussão sobre a hegemonia da/na arte e cultura e da/na comunicação e socialização política. Para o autor, a aliança política entre os trabalhadores do campo e cidade está na base cultural do conceito de popular. O autor defende que a construção de uma hegemonia popular da classe trabalhadora precisa partir do poder popular e se enraizar na cultura popular. Nesse âmbito, ele analisa que a produção artística e cultural do MST é pensada como um meio para colocar em prática as estratégias de luta do movimento em relação à construção dos valores humanistas e do socialismo. Nesse sentido, aponta que a mística e as matrizes culturais do MST se tornam elementos cotidianos fundamentais na construção da identidade sem-terra²³. O autor ressalta que o MST em sua gênese é formado pelas matrizes culturais do campesinato e da religião, principalmente a católica. No caso da segunda, percebe que se insere a mística, porém, reelaborada e ressignificada historicamente pelo movimento, que passa a integrar os processos comunicativos e pedagógicos da organização, ao atuar como um estímulo subjetivo que anima a militância e a base para a luta, emociona, confere sentido e indignação. Em relação à matriz cultural do campesinato, que se expressa na cultura camponesa tradicional, o autor percebe que há uma consciência cada vez maior, principalmente entre a juventude do movimento, em tentar combater a idealização dessa cultura, ao mesmo tempo em que também procura-se ressignificar alguns aspectos dessa cultura, que contribuem para a luta e o diálogo com a cidade e o campo, buscando romper com o preconceito e o patriarcado, por exemplo, que não contribuem para a luta pela hegemonia popular.

Na construção da “hegemonia da/na cultura”²⁴ do MST com o trabalhador urbano, Bastos indica que a música se apresenta como uma das principais linguagens artísticas que expressa o debate entre tradição e modernidade e atua com um importante instrumento para o diálogo intercultural da juventude sem-terra com a periferia urbana. Para exemplificar, o autor apresenta a experiência da relação entre o Movimento Hip Hop do estado de São Paulo e do grupo de rap Veneno H², composto por três militantes do MST, moradores do

19 Dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, publicado em junho de 2022 pela Rede Penssan, indicam que existem no país hoje **33,1 milhões** de pessoas não têm o que comer. Chegando a uma situação com mais **da metade da população brasileira (58,7%) convive com a insegurança alimentar em algum grau**. A pesquisa mostra que o país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990 (REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – REDE PENSSAN. 2º Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. Rede Penssan, São Paulo, set. 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 10 set. 2022. p. 1).

eixo metropolitano do MST no estado de São Paulo. A partir da análise de letras das músicas do grupo, o autor percebe que estas apresentam um foco maior na luta de classes se comparadas com as letras de outros grupos de rap do Movimento Hip Hop, o que ele atribui à participação dos integrantes do grupo nos espaços de formação política do MST e ao cotidiano da luta.

Desse modo, o Bastos defende que a linguagem artística do rap assume um papel importante no diálogo entre a juventude sem-terra e urbana, no espaço fronteiro e estratégico com os jovens da periferia. Constata-se, sobretudo, que a experiência do grupo de rap Veneno H² e o intercâmbio com o Movimento Hip Hop ressignifica o sentido das canções de rap para o território do campo e gera novos canais de mediação políticos, comunicativos e pedagógicos, com base na mediação cultural, em torno das alianças do MST com a classe trabalhadora urbana, a partir da juventude. Assim, a cultura popular é reelaborada, a partir de algumas linguagens artísticas e práticas culturais e se expressam na práxis cotidiana da luta do MST nos seus territórios e na relação com o trabalhador urbano e a sociedade, tendo papel fundamental na construção da hegemonia popular do MST e no embate com o agronegócio.

Já sobre a “hegemonia da/na comunicação e socialização política”²⁵, o autor aprofunda a discussão sobre a importância da luta política do MST como movimento de massas, a partir da ocupação da terra, como central na luta de classes. Em contraposição à luta sindical do movimento, que se concentra nas lutas corporativas das famílias assentadas por melhorias (como crédito, infraestrutura, educação, saúde etc.). Nesse contexto, o autor considera que, na medida em que a luta contra-hegemonica entre campo e cidade fundamenta-se na produção e no consumo, há um perigo, pois a comunicação sobre a matriz de produção agroecológica e popular, que gera os alimentos saudáveis, pode se perder na mediação do mercado.

Nesse caminho, Bastos aponta como saída o caminho da educação, para resolver o que chama de “impasse histórico” em relação à luta do MST pela produção nos assentamentos e a comunicação, nas articulações com a classe trabalhadora urbana. Porém, defende que esta educação não pode se resumir à base do MST, mas abarcar a formação política desenvolvida no processo histórico do movimento, com base na pedagogia, comunicação e socialização política da classe trabalhadora em espaços estratégicos como a Escola Nacional Florestan Fernandes do MST, em Guararema (SP).

No debate que apresenta sobre a “hegemonia da/na educação”²⁶, o autor expõe que a pedagogia do MST é inspirada teórica, intelectualmente e politicamente pelo pensamento de Paulo Freire, José de Souza Martí e Anton Makarenko, principalmente a partir da educação libertadora freiriana. Portanto, a demanda da educação pública e a pedagogia do MST surgem dos desafios e problemas concretos da luta pela terra e na terra (na fase do assentamento), para a evolução do MST como movimento social. A partir do momento em que o movimento organiza as famílias sem-terra na luta pela terra, assim que

20 O MST informa em publicação especial, chamada Cultivando Solidariedade em sua página on-line, que desde o início da pandemia desenvolve uma Campanha Nacional de Solidariedade, e com a produção realizada em seus territórios, já doou mais de 7 mil toneladas de alimentos, 10 mil cestas básicas, mais de 2 milhões de marmidas solidárias e formou 2 mil agentes populares de saúde para atuar no campo no combate à pandemia (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. Cultivando Solidariedade. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, São Paulo, set. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/especiais/solidariedade-sem-terra/>. Acesso em: 10 set. 2022. p. 1). O MST também vem retomando as ocupações de terras no país. Segundo balanço do movimento, são 28 ocupações de áreas improdutivas e 60 ações, após a pandemia (VILELA, Pedro R. MST já retomou ocupações de terra em 28 áreas este ano. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 jun. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/01/mst-ja-retomou-ocupacoes-de-terra-em-28-areas-este-ano>. Acesso em: 7 set. 2022. p. 1).

21 BASTOS, Pablo N. *Marcha...* Op cit., p. 81.

22 *Ibidem*.

23 *Ibidem*. p. 96.

24 *Ibidem*. p. 92.

25 *Ibidem*. p. 134.

26 *Ibidem*. p. 185.

ocorre a ocupação da terra, surge também a demanda da educação às crianças (Sem Terrinhas), e aos próprios trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse sentido, o autor aponta que é na reprodução e evolução do MST, como um movimento social, que este se constitui como educativo, se autoreconhecendo como movimento social pedagógico, pois as diversas dimensões da luta do movimento se transformam em ações pedagógicas. Assim, além da educação formal (do ensino básico à pós-graduação), nas escolas públicas em assentamentos e acampamentos e parcerias com outras instituições, Bastos ressalta que, no interior do MST, realiza-se também a educação não formal e política na própria “produção da existência do ser social do MST, no conjunto de suas práticas sociais”²⁷ no cotidiano da luta.

Como os demais setores e coletivos, o autor argumenta que o setor de educação do MST também integra o projeto político de reforma agrária popular e de transformação estrutural para o país, com a função de pensar a formação da sua base social em vários aspectos. Em relação à estratégia da formação política, o MST também organiza o setor de formação. Portanto, Bastos expõe que o MST não possui somente uma matriz pedagógica, mas várias, que perpassam e se inter-relacionam em seu processo educativo e formativo, tendo como principal a *Pedagogia da Luta Social*²⁸, que parte da concepção prática de que a educação ocorre no processo de luta, a partir da ação social, do enfrentamento, das ocupações de terras, marchas, protestos, sendo fundamentais para os sem-terra compreenderem o funcionamento da sociedade. As demais matrizes pedagógicas analisadas pelo autor são: a *Pedagogia da Organização Coletiva*, *Pedagogia da Terra*, *Pedagogia da Cultura*, *Pedagogia da História*, *Pedagogia do Movimento* e a *Pedagogia da Alternância*, que integram a pedagogia do MST como instrumento central, que perpassa os contextos de luta e contribui para elevar a consciência e a escolarização da base sem-terra, bem como possibilita o aprofundamento da compreensão acerca da realidade social e da própria luta do movimento, melhora o debate com a sociedade e os trabalhadores urbanos e contribui para a emancipação enquanto classe trabalhadora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da visão de Gramsci²⁹ sobre a hegemonia, em que a construção de uma hegemonia popular pela classe trabalhadora necessita de uma relação pedagógica, ampliada e complexa na luta política pela formação de um novo bloco histórico no poder, a obra apresenta um estudo importante, que parte de uma perspectiva histórico e dialética, para pensar a relação e comunicação do MST com os movimentos sociais e trabalhadores do espaço urbano, a partir da disputa da hegemonia com o agronegócio e na defesa de um projeto de reforma agrária popular para o desenvolvimento do país em vários níveis.

Observa-se que a relação do MST com o trabalhador urbano e a sociedade, se desenvolve com base na luta pela hegemonia do espaço e a espacialização

27 Ibidem. p. 186.

28 Grifos do autor.

29 GRUPPI, Luciano. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

dos assentamentos. A hegemonia da cultura por meio da ressignificação da cultura popular camponesa na relação com a cultura urbana. A hegemonia da comunicação e socialização política na construção de uma comunicação popular Sem Terra, que forme e informe sua base social e a sociedade. E, por fim, uma hegemonia popular da educação, baseada na pedagogia da luta social, como instrumento pedagógico na organização, conscientização e construção de novos fundamentos para uma sociedade mais justa e igualitaria, dentro do projeto de Reforma Agrária Popular do MST e da luta pela construção de uma hegemonia popular dos trabalhadores. A obra expõe assim diversos aspectos político-pedagógico-comunicativos presentes na articulação do MST no processo de luta política pela hegemonia popular entre o campo e a cidade.

Contudo, ainda que o autor pontue na obra, que o MST se encontra em um momento de “impasse histórico”, ao optar pela produção de alimentos como tema para dialogar e sensibilizar a população e a classe trabalhadora urbana, o que poderia comprometer, de certa forma, a luta pela hegemonia popular contra o capital, entende-se que, mesmo com vários desafios, a tradução da produção de alimentos em campanhas de solidariedade durante a pandemia, tem demonstrado o potencial dessa frente, para contribuir na disputa da hegemonia do agronegócio e se contrapor ao mito de ‘produtor de alimentos’. Pois, ao MST compartilhar a comida que resulta do seu projeto de reforma agrária com a população em situação de vulnerabilidade nas periferias, isso de certa forma estabelece uma comunicação e um vínculo com esses trabalhadores urbanos sobre o papel da luta do MST na sociedade e também pode ser pensado como exemplo pedagógico para inspiração de outras ações e iniciativas de organizações coletivas o âmbito do combate à fome no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Pablo N. **Marcha dialética do MST: formação e comunicação política entre campo e cidade**. São Paulo: Garamond, 2021.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

ENGELMANN, Solange I. As representações sociais sobre a reforma agrária nas mídias digitais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 2018. Tese (Doutorado em XX) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ENGELMANN, Solange I. As representações sobre a Reforma Agrária Popular na página on-line especial da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST de 2016. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., 2021, Recife. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2021.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. 27ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. Cultivando Solidariedade. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, São Paulo, set. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/especiais/solidariedade-sem-terra/>. Acesso em: 10 set. 2022.

RAUBER, Maiara; SILVA, Melannie. Entenda a fala do Lula sobre MST no Jornal Nacional. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, São Paulo, 26 ago. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/08/26/entenda-a-fala-do-lula-sobre-mst-no-jornal-nacional%ef%bf%bc/>. Acesso em: 7 set. 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – REDE PENSSAN. 2º Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. **Rede Penssan**, São Paulo, set. 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 10 set. 2022.

VILELA, Pedro R. MST já retomou ocupações de terra em 28 áreas este ano. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 jun. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/01/mst-ja-retomou-ocupacoes-de-terra-em-28-areas-este-ano>. Acesso em: 7 set. 2022.